

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

CONSELHO EXECUTIVO

Décima-Segunda Sessão Ordinária

27 -29 de Janeiro de 2007

Adis Abeba, Etiópia

EX.CL/ 384 (XII)

**RELATÓRIO DA SEXTA SESSÃO DA COMISSÃO
AFRICANA PARA A POPULAÇÃO**

Relatório da Sexta Sessão da Comissão Africana para a População

INTRODUÇÃO

A Comissão Africana para a População (APC) foi estabelecida em 1994 para aconselhar a antiga Organização da União Africana (OUA) e, agora a sua sucessora, a União Africana (UA) sobre a população e matérias de desenvolvimento. A APC é composta pelos mais altos funcionários das Comissões Nacionais sobre População e/ou instituições análogas que trabalham em assuntos ligadas a população e desenvolvimento nos Estados Membros.

A 6ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da APC realizou-se a 16 e 17 de Julho de 2007, em Joanesburgo, África do Sul. Sob o tema “Implicações Políticas do Relatório de 2006 sobre a Situação da População Africana”. A Situação da População Africana 2006 foi lançada durante a cerimónia de abertura.

Foram eleitos os seguintes Estados Membros para a Mesa da Comissão Africana para a População:

Presidente	:	Burundi	(Região Central de África)
1º Vice Presidente	:	Egipto	(Região Norte de África)
2º Vice Presidente	:	Côte d'Ivoire	(Região Ocidental Africana)
3º Vice Presidente	:	Maurícias	(Região Oriental Africana)
Relator	:	Swazilândia	(região Austral Africana)

No fim da reunião, os delegados adoptaram a Declaração de Joanesburgo sobre a Situação da População Africana que, entre outras, solicita a Comissão da União Africana, em colaboração com a CEA, FNUAP e outros parceiros, para coordenar a revisão do ICPD + 15.

O Relatório da 6ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Comissão Africana para a População e a Declaração de Joanesburgo da Sexta Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Comissão Africana para a População são submetidos ao Conselho para endosso.

EX.CL/384(XII)
ANEXO 1

**TEMA : Implicações Políticas do Relatório de 2006
sobre a Situação do Relatório da População Africana**

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

**SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO
AFRICANA PARA A POPULAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL
16 - 17 DE JULHO DE 2007
JOANESBURGO - ÁFRICA DO SUL**

APC/Rpt (VI)

**TEMA: “Implicações Políticas do Relatório de 2006 sobre
a Situação da População Africana”**

RELATÓRIO

I. INTRODUÇÃO

1. A 6ª Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Comissão Africana para a População (APC) foi realizada no Centro de Convenção de Sandton em Joanesburgo, África do Sul, de 16 a 17 de Julho de 2007. As suas deliberações centraram-se no tema “As Implicações Políticas do Relatório de 2006 sobre a Situação da População”. O objectivo da reunião foi analisar as consequências do Relatório de 2006 sobre a Situação da População Africana e trocar experiências e exemplos de diferentes países sobre como integrar a população e o desenvolvimento em África no quadro do objectivos do desenvolvimento do milénio (ODMs).

II. PARTICIPAÇÃO

2. Participaram na reunião delegações dos seguintes Estados Membros da União Africana: África do Sul, Angola, Benin, Botswana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, Côte d'Ivoire, Egipto, Gana, Ilhas Maurícias, Lesoto, Madagáscar, Moçambique, Nigéria, RDC, República Árabe Saaraui Democrática, Senegal, Seycheles, Sudão, Suazilândia, Tanzânia, Togo, Tunísia, Uganda e Zâmbia.

3. Também participaram na reunião Representantes dos seguintes países, Organizações Internacionais e Regionais, Agências, ONGs e CSOs: SADC, UNECA, OMS, UNICEF, FNUAP, OIT, IPPF, NEPAD, Liga dos Estados Árabes, Parceiros para a População e Desenvolvimento (PPD) – Escritório África, Representante do Quadro Estratégico para África, Universidade de Witwatersrand, Fundação Alemã para a População Mundial, EUA e a Comissão da UA.

III. PONTO 1: CERIMÓNIA DE ABERTURA

(i) Cerimónia Oficial de Abertura

4. A cerimónia oficial de abertura realizou-se a 16 de Julho de 2007. O Vice Ministro do Desenvolvimento Social da República da África do Sul, o Ilustre Dr. Jean Swanson Jacobs, foi o convidado de honra, enquanto que o Dr. Jacques Van Zuydam, Director Chefe para a População do Departamento para o Desenvolvimento Social da África do Sul, foi o Director das Cerimónias. O Director das Cerimónias desejou as boas vindas aos participantes à Sexta Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Comissão Africana para a População (APC). Seguiu-se, depois, o hino da UA.

5. Intervieram na cerimónia de abertura os seguintes funcionários e dignitários, pela ordem que se segue, e as suas declarações foram distribuídas e anexos ao Relatório:

- Dr. Gil Greer, Director Geral do IPPF;
- Dr. Hussein A. Gezairy, Director Regional, Região Mediterrânea Oriental – OMS;

- Dr. Ben Kiregyera, Representante do Secretário Executivo, UNECA;
- Sra. Fama Hane Ba, FNUAP, Director Regional para África;
- Adv. Bience Gawanas, Comissária da UA para Assuntos Sociais;
- Discurso de abertura e apresentação do Relatório de 2006 sobre a Situação da População Africana pelo Ilustre Dr. Jean Swanson Jacobs, Vice Ministro do Desenvolvimento Social da República da África do Sul e Convidado de Honra.

IV. PONTO 2: RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA

6. O Ilustre Dr. Jean Swanson Jacobs, Vice Ministro do Desenvolvimento Social da República da África do Sul apresentou este relatório em nome da Ilustre Zola Skweyiya, Ministro do Desenvolvimento Social e Presidente da Mesa da APC. Ela informou à Assembleia Geral da APC que a Mesa iniciou o seu trabalho com a convocação da sua Primeira Reunião em Bloemfontein, África do Sul, em Setembro de 2005, onde adoptou um Plano de Acção Concreto que cobriu o período de 2005-2007. Ela depois informou à reunião que, durante o mesmo ano, a APC tomou parte no Simpósio Internacional sobre Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para População e Desenvolvimento, e no Seminário Internacional sobre População e Desenvolvimento que se realizou na China de 26 de Outubro a 3 de Novembro de 2005.

7. A Presidente da Mesa informou que a APC também participou no Seminário sobre a Integração Regional, no Fórum Internacional sobre Políticas Sociais (IFSP) que se realizou em Montevideo, Uruguai, a 21 de Fevereiro (à tarde) e 22 de Fevereiro (de manhã) de 2006. Ela informou aos delegados que durante esse workshop, o Governo da África do Sul registou e organizou este seminário como parte do programa do IFSP, que foi realizado pelo programa da UNESCO de Gestão de Transformações Sociais (MOST) e para a qual a União Africana foi convidada. Ela agradeceu a Comissária da UA para Assuntos Sociais por ter representado a União Africana neste workshop.

8. Ela, depois, acrescentou que em conformidade com o Plano de Acção adoptado em Bloemfontein, a Mesa reuniu-se pela segunda vez em Nairobi, Quénia, para rever o progresso feito relativamente ao desenvolvimento da Situação do Relatório da População Africana 2006. Informou à reunião que o relatório foi finalizado durante a Terceira Reunião da Mesa, que teve lugar no Gana, à margem do fórum regional da África Ocidental. A Presidente comunicou que estava satisfeita porque pelo menos duas regiões tinham conseguido realizar os seus fóruns regionais e estava optimista contando que as outras regiões seguiriam o exemplo, considerando que as Regiões Oriental e Central já submeteram propostas concretas sobre os seus fóruns regionais.

9. Contudo, a Presidente reconheceu que uma actividade da Mesa continuava sendo um desafio. Esta era o estudo do Perfil da APC. Observou que embora os questionários tivessem sido enviados mais do que uma vez aos Estados Membros, o nível de respostas continua muito baixo. Informou à reunião que isto era um exercício muito importante e recomendou que a nova Mesa **prossiga este assunto**. Solicitou ao

Secretariado que distribuisse a versão mais curta do questionário durante a reunião para que os Membros da APC pudessem preenchê-lo no local, enquanto esperavam pelo questionário completo.

10. A Presidente também informou que se registaram algumas tentativas de formalizar o relacionamento entre a APC e UAPS. Ela realçou a necessidade de avançar-se nessa questão uma vez que a UAPS é um parceiro importante em matéria de população e desenvolvimento em África. Depois, sugeriu que a Comissão da UA envolvesse nas actividades da Comissão das Nações Unidas sobre a População.

11. Concluiu a sua apresentação, agradecendo os seus colegas do Congo, Tunísia, Gana, e Quênia, por todo o bom trabalho e engajamento demonstrado durante os dois anos. Agradeceu também à Comissária para os Assuntos Sociais, pelo seu apoio e entusiasmo.

12. Durante a discussão que se seguiu, os delegados elogiaram a Presidente cessante da APC, pelo excelente relatório apresentado. Também sugeriram que os Fóruns dos Ministros responsáveis por população e desenvolvimento devem ser convocado a nível da Comunidade Económica Regional. Foi enfatizada a importância de edificar parcerias estratégicas com ONGs, a Sociedade Civil, as Agências das Nações Unidas, os média e os parlamentares. A Comissão da UA depois garantiu aos delegados que o assunto relacionado com a Comissão das Nações Unidas sobre a População será analisado.

V. PONTO 3: PROCEDIMENTOS

a) Eleição da Mesa

13. Depois das necessárias consultas, a Mesa foi eleita como se segue:

Presidente:	Burundi (Região Central Africana)
1º Vice Presidente:	Egipto (Região Norte de África)
2º Vice Presidente:	Côte d'Ivoire (Região Ocidental Africana)
3º Vice Presidente:	Maurícias (Região Oriental Africana)
Relator:	Suazilândia (Região Austral Africana)

b) Adopção da Agenda

14. A Agenda foi adoptada depois de uma ligeira emenda, onde "Reforço e Financiamento da APC" foi proposto, como um novo ponto, antes de "Diversos".

c) Organização dos Trabalhos

15. O Programa de trabalho foi adoptado conforme proposto e a Assembleia concordou iniciar os seus trabalhos de manhã às 09:00 h fazer o intervalo para o almoço às 12:30 h, depois recomeçar as 14:30 h e terminar o dia de trabalho as 18:00 h.

VI. RESUMO DOS TRABALHOS

PONTO 4: DEBATE GERAL SOBRE AS IMPLICAÇÕES POLÍTICAS DO RELATÓRIO DE 2006 SOBRE A SITUAÇÃO DA POPULAÇÃO AFRICANA

16. O Relatório de 2006 sobre a Situação da População Africana foi apresentado pelo representante da Comissão da UA que é o Secretariado da Comissão para a População Africana. Ele começou agradecendo a Mesa da APC pelo papel fiscalizador que teve durante a preparação do relatório. Igualmente agradeceu o Fundo das Nações Unidas para a População (**FNUAP**) pelo apoio financeiro e técnico que a organização prestou ao secretariado. Finalmente apresentou o Relatório de 2006 sobre a Situação da População Africana - à Assembleia Geral.

17. O apresentador destacou o tema do relatório que era “Dinâmicas Populacionais: Implicações para o alcance dos objectivos de desenvolvimento do milénio”. Ele depois referiu-se ao processo que levou aos ODMs e reconheceu que alguns países fizeram algum progresso na implementação dos ODMs, embora muito mais continua por ser feito, especialmente em África. Contudo, observou que o progresso relativamente aos ODMs estava ameaçado pelas tendências populacionais prevalentes no Continente.

18. O apresentador, em seguida deu uma breve explicação sobre a relação entre o crescimento da população e o desenvolvimento sócio económico, notando que, apesar do crescimento demográfico proporcionar incentivo ao crescimento económico através do fornecimento da força laboral e da mercadoria necessária o rápido crescimento populacional desproporcional aos recursos disponíveis e à capacidade da terra, aumenta a procura de serviços sociais vitais que podem afectar adversamente o desenvolvimento sustentado. Ele, depois, sugeriu que este debate deveria ser estruturado de uma forma ampla para incluir a estrutura etária, uma vez que o debate estava então apenas baseado na dimensão da população e na taxa de crescimento. A seguir observou que a população jovem Africana pode transformar-se numa oportunidade se forem feitos os investimentos apropriados nos domínios da saúde e educação, conjugados com políticas que estimulem a criação de emprego.

19. O apresentador, depois, forneceu os destaques do relatório. Ele observou que, de acordo com o relatório, nenhuma outra região do mundo tem tanto potencial para o crescimento populacional do que África, devido a sua alta taxa de natalidade e à probabilidade de que a taxa de mortalidade continue o seu lento declínio. Informou à reunião que em 1950, a população da União Africana era apenas 215 milhões de habitantes, mas em 2006 essa população atingiu 924 milhões, apenas 76 milhões para atingir a marca de 1 bilhão. Observou que o grande aumento da população em África é virtualmente garantido por duas razões : a extrema juvenilidade da população do continente e altas taxas de natalidade. Neste sentido o apresentador informou à reunião que a população africana irá crescer para cerca de 1,4 bilhões de habitantes 2005 e cerca de 2 bilhões em 2050.

20. O apresentador, logo, informou que, de acordo com o relatório, a África tem uma taxa de mortalidade bruta de 15 mortos por 1.000 pessoas que é muito alta em qualquer padrão, enquanto que a taxa de mortalidade infantil é de 88 por 1.000. Com

uma esperança de vida à nascença de 52 anos (51 para homens e 53 para mulheres), 15 anos menos que no mundo desenvolvido, a África continua sendo o continente com menor esperança de vida à nascença do mundo. Notou que a baixa esperança de vida em África deve-se ao VIH/SIDA que mais prevalece na África Austral.

21. Com relação à fertilidade, o apresentador informou que em África pode-se esperar que a mulher dê à luz 5,1 crianças em média durante seu tempo de vida. Explicou que tal acontece porque apenas cerca de 28 por cento das mulheres casadas com idades entre 15-49 anos fazem algum tipo de planeamento familiar, enquanto que 21 por cento usam métodos modernos.

22. Sobre o género e o desenvolvimento, o apresentador notou que a voz da mulher nos parlamentos nacionais cresceu significativamente em muitos países de África. Muitos países ultrapassaram a média mundial de 16,6 por cento (estatísticas da câmara baixa) Este acontecimento pressagia melhorias na legislação sobre assuntos da mulher. Contudo, disse que a participação da força de trabalho feminina continua muito abaixo do homem.

23. O apresentador concluiu, fazendo algumas recomendações políticas nas áreas da saúde, educação, criação de emprego e desenvolvimento rural. As recomendações políticas tinham o objectivo de garantir que África beneficie do “dividendo demográfico” potencialmente contido na sua população juvenil e que inclui investimento na Saúde Sexual Reprodutiva e Planeamento Familiar, Investimento na Saúde, Educação e Criação de Emprego, aumento da cobertura no Tratamento anti Retroviral (ART), Prevenção da Transmissão de Mãe para Filho (PTMC), mosquiteiros de cama grátis para prevenção da malária, cobertura universal DOTS no tratamento da Tuberculose, e promoção de maternidade segura e da saúde materna e infantil.

24. No debate geral que se seguiu, o delegados, em geral, elogiaram a Comissão da UA, pela apresentação do relatório. Foram feitas sugestões sobre a necessidade de fornecerem-se instrumentos aos Estados Membros sobre como integrar a população em Estratégias de Redução de Pobreza e Planeamento para o Desenvolvimento. Os países foram também exortados a abordar a questão da migração, uma vez que o muito que se disse sobre “dividendo demográfico” será nos países de acolhimento, quando a África é de facto um continente de expedição. Houve ainda uma sugestão sobre a necessidade de se abordar as questões de protecção social e segurança social especialmente aos velhos, órfãos e crianças vulneráveis. Finalmente, os países recomendaram o reforço da capacidade de recolher, administrar e utilizar dados estatísticos.

PONTO 5: RELATÓRIO SOBRE A ELABORAÇÃO DO PERFIL E VIA A SEGUIR

25. O resumo sobre a elaboração do perfil da Comissão Africana para a População foi apresentado por um representante da Comissão da UA. Ela mencionou que a UA esboçou um questionário, em colaboração com o FNUAP, endossado pelos Estados Membros e enviado em 2005 para preenchimento e devolução à Comissão. O FNUAP ajudou a disseminar o questionário. O objectivo desse questionário era obter a reacção dos Estados Membros para ajudar na compilação dos Perfis Nacionais das Comissões

sobre a População, visando facilitar a comunicação entre os membros da APC, a Mesa, os Parceiros e o Secretariado.

26. O Representante indicou que apesar dos esforços da Comissão da UA para obter respostas de todos os Estados Membros, apenas 16 países completaram e devolveram o questionário até a presente data. Ela exortou os restantes países a devolverem o questionário durante a Conferência ou no prazo de dois meses, para permitir à Comissão da UA compilar o relatório em conjunto com a Mesa, e partilhá-lo com os Estados Membros. Também realçou a necessidade de reforçar a cooperação e interação entre os membros da APC.

27. Foram feitas as seguintes recomendações:

- Os Estados membros que ainda não o fizeram deverão preencher e transmitir o questionário à Comissão da UA no prazo de dois meses para facilitar a compilação do relatório sobre o desenho;
- A Mesa da APC deverá continuar a liderar no seguimento, nas suas respectivas regiões, enquanto que o FNUAP deve manter o seu apoio.

PONTO 6: RELATÓRIOS DE FORA REGIONAIS

(a) África Ocidental

28. Foi informado que a Região da África Ocidental realizou um Fórum Regional sobre Saúde Reprodutiva em Novembro de 2006, em Acra, Gana, com o tema “Tornando a Maternidade mais Segura: Uma Prioridade Nacional para Alcançar os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio”. Isto também proporcionou uma oportunidade para encorajar os Estados Membros a completar o questionário para o exercício da elaboração do perfil.

29. O membro da Mesa da África Ocidental apelou à CUA para ajudar na mobilização de recursos para as reuniões de Fora Regionais, uma vez que são actividades dispendiosas, custando um mínimo de \$60.000 cada.

(b) Região Oriental da África

30. A Região oriental da África ainda não realizou o seu forum. Contudo, foi informado que a região já submeteu uma proposta à Comissão da União Africana para a convocação da Reunião. O forum deveria realizar-se antes da Assembleia Geral da APC mas não foi possível, devido à limitação de recursos.

(c) Região Centro-Africana

31. Foi informado que a Região Centro Africana já submeteu uma proposta à CUA sobre o seu forum. O forum deveria realizar-se antes da Assembleia Geral da APC mas não foi possível, devido a limitações de recursos.

(d) Região Austral Africana

32. A Comissão informou que a região Austral organizou dois fora. O primeiro foi em Setembro de 2005 e o segundo em Março de 2007. O fórum de Março foi organizado à margem da Conferência sobre a População, que se realizou sob o tema “Institucionalização do diálogo entre Pesquisa sobre a População e Políticas de Desenvolvimento em África”, organizado pelo Departamento de Desenvolvimento Social da África do Sul. Em conformidade com o Plano de Acção da Mesa, o tema de Março 2007 foi “Maternidade Segura”.

(e) Região Norte de África

33. O Fórum da Região Norte-Africana não se realizou, devido a falta de fundos.

34. ... Durante o debate geral que se seguiu à apresentação, os delegados solicitaram à Comissão da UA que contribua financeiramente para a organização dos Fora Regionais, uma vez que são actividades dispendiosas. Também solicitaram à Comissão que destaque as melhores práticas que foram documentadas nos fora regionais. Foi igualmente observado que a convocação de fora regionais como iniciativa conjunta entre a APC e as CERs poderá garantir sustentabilidade.

Ponto 7: RELATÓRIO DA SESSÃO ESPECIAL DOS MINISTROS AFRICANOS DA SAÚDE SOBRE A SAÚDE E OS DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS, 18 - 22 DE SETEMBRO DE 2006, MAPUTO, MOÇAMBIQUE

35. A representante da Comissão da UA informou que, num esforço para resolver os problemas da saúde sexual e reprodutiva no Continente, a Comissão da União Africana elaborou um Quadro Político Continental para a promoção da Saúde e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos. Esse quadro político foi elaborado como resposta ao apelo de várias partes para a redução dos altos níveis de morbilidade e mortalidade materna e infantil no continente africano. Foi formulado em colaboração com o Escritório Regional Africano da Federação Internacional da Paternidade Programada (IPPF), o Fundo das Nações Unidas para as Actividades Populacionais (FNUAP) e outros parceiros do desenvolvimento.

36. A representante informou que o quadro político contempla as questões que foram identificadas em seis concertações sub-regionais organizadas conjuntamente pela União Africana e a IPPF. Essas concertações identificaram vários factores que contribuíram para a morte de mulheres e crianças do Continente. Recomendaram a implementação de um Roteiro para a Aceleração da Redução da morbilidade e maternidade Materna e de Crianças Recém-nascidas como uma estratégia para a melhoria da Saúde Reprodutiva.

37. A apresentadora depois disse que o Quadro Político Continental para a Promoção da Saúde e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos em África foi adoptado pela 2ª Sessão da Conferência dos Ministros Africanos da Saúde realizada em Gaborone, em Outubro de 2005. Nessa Sessão, os Ministros solicitaram uma Sessão Especial para discutir as questões em maior detalhe e encontrar um plano de acção concreta

para a integração da SHR no PHC, entre outros. Moçambique ofereceu-se para colher essa Sessão Especial. A decisão de convocar uma Sessão Especial foi apoiada pela Cimeira de Chefes de Estado e de Governo em Cartum, Sudão, em Janeiro de 2006. A Sessão Especial teve lugar de 18 - 22 de Setembro de 2006.

38. A apresentadora ainda informou aos delegados que o resultado principal da Sessão Especial foi o Plano de Acção de Maputo para a Implementação do Quadro Político Continental para a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos em África, que foi distribuído. Ela concluiu, exortando os Estados Membros a programarem bem e a promoverem a implementação do Plano de Acção de Maputo, que já se encontra em curso, em colaboração com os parceiros aos níveis regional, continental e internacional. Registou que o Quadro Político e o Plano de Acção foram bem recebidos e que a boa vontade e o financiamento estão a chegar.

39. A Comissária para os Assuntos Sociais complementou a informação recordando aos participantes que se trata de um quadro para orientar os Estados Membros na elaboração e implementação de Políticas de SRHR bem coordenadas e harmonizadas aos níveis nacionais e regionais. Ela, contudo, exprimiu preocupações em que esse consenso se possa desviar por influências externas, se tal for permitido. A Comissária reconheceu o apoio e a cooperação da IPPF, do FNUAP e outros parceiros, no processo. Ela concluiu, instando os Estados Membros a avançarem o processo nos moldes adoptados.

40. A Reunião registou a informação.

Ponto 8: RELATÓRIO SOBRE A COOPERAÇÃO SINO-AFRICANA

41. A representante da Comissão da UA informou aos delegados que, como parte da participação do Secretariado na promoção da parceria internacional no domínio da população e desenvolvimento, o Presidente do referido Secretariado e a Comissão da UA participaram no "Simpósio Internacional Sobre a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento destinado à População e ao Desenvolvimento e no Seminário Internacional sobre a População e o Desenvolvimento, em China, 26 de Outubro a 03 de Novembro de 2005. Nesse simpósio foi adoptada uma declaração que, inter alia, instou:

- Os países a afectarem os recursos que permitam a realização da saúde reprodutiva global para todos até 2015;
- Os países desenvolvidos a ajudarem, também, os países em desenvolvimento a adquirir a tecnologia e a capacidade humana necessárias para atingir o acesso universal à saúde reprodutiva e os ODM até 2015, incluindo a auto-suficiência em termos de produtos para a saúde reprodutiva e segurança na provisão;
- Os países em desenvolvimento a afectarem não menos de 4% dos seus orçamentos nacionais da saúde aos serviços e informação para a saúde reprodutiva bem como a incluírem nesses orçamentos um ponto sobre a saúde reprodutiva, incluindo os produtos necessários neste domínio;

- No sentido do apoio financeiro e técnico crescente à formação, intercâmbio de artigos para a saúde reprodutiva e partilha de experiência e informação sobre os mecanismos de programação e situações padrões;
- No sentido de parcerias entre governos, ONGs e sector privado;
- Todas as partes a se juntarem numa aliança global eficaz para assegurar o acesso universal aos serviços da saúde reprodutiva até 2015 e a realização dos ODM.

42. A Representante da Comissão da UA informou ainda que após o simpósio, representantes de vários países africanos, o governo chinês, a Federação Internacional da Paternidade Programada (IPPF) reuniram se e acordaram sobre as seguintes acções estratégicas:

- Formação de quadros na gestão, investigação, formação, controle e avaliação e fornecimento de serviço, no contexto da provisão do serviço da saúde;
- Infra-estrutura para a provisão alargada dos cuidados da saúde;
- Joint ventures para a promoção da produção, distribuição e garantia da segurança de produtos apropriados da saúde e contraceptivos aos níveis do país, sub-regional e/ou regional em África;
- Advocacia para criar uma aliança sino- africana eficaz para apoiar a agenda para a população, saúde e desenvolvimento, particularmente em relação a saúde e aos direitos sexuais e reprodutivos -SRHR.

43. A Representante da UA informou à reunião que a União Africana coordenará o consenso africano para essas actividades estratégicas e que a Comissão Nacional para a População e Planeamento Familiar da China trabalhará com autoridades e parceiros competentes na República Popular da China. O Escritório Regional África da IPPF facilitará essa cooperação, concedendo apoio administrativo e técnico. Concluiu, informando aos delegados que após ter recebido o relatório da Comissão da UA sobre a Cooperação Sino- Africana, em Abril de 2006, em Nairobi, a Mesa da APC fez as seguintes recomendações:

- A Comissão da UA deve desempenhar um papel pró activo no envolvimento da China no domínio da população, desenvolvimento, saúde reprodutiva e planeamento familiar;
- A UA deve coordenar, em conjunção com outros parceiros IPPF, FNUAP, etc. a cooperação Sino Africana;
- A APC deve também aconselhar os países e apoiar a UA nos seus esforços para promover a parceria com a China.

44. No decorrer do debate que se seguiu, a Comissão da UA para os Assuntos Sociais forneceu os antecedentes e o contexto da negociação em curso sobre a cooperação Sino- Africana no domínio da população e desenvolvimento incluindo a saúde reprodutiva. Depois, ela convidou a IPPF e o FNUAP a apresentarem informações adicionais sobre o processo, na medida em que estavam envolvidos na iniciativa. Assim, Representantes das duas organizações indicaram que a dimensão populacional e da saúde reprodutiva da cooperação Sino Africana, que no passado se centrou nas relações económicas e comerciais, era desejada, tomando em consideração:

- A experiência da China no tratamento da questão da população e desenvolvimento, incluindo o planeamento familiar e a saúde reprodutiva;
- A cooperação Sul-Sul;
- O potencial de formação, infra-estrutura; e
- O papel da China na advocacia nos fora internacionais.

45. O Director Regional África da Parceria para a População e o Desenvolvimento PPD acrescentou que o PPD tinha sido criado com o objectivo de promover a cooperação Sul Sul que remonta a 1994, á volta do ICPD. Igualmente expressou o seu compromisso de fortalecer a cooperação entre os países em desenvolvimento do Sul e entre os países africanos, envolvendo todos os Estados membros e não membros do PPD. Nesse sentido, o Representante do FNUAP informou a Reunião sobre a iniciativa do FNUAP para fortalecer a cooperação inter e intra Africana no contexto da Cooperação Sul-Sul. Os participantes elogiaram os esforços que estão sendo levados a cabo pela Comissão da UA, a Mesa da APC e Parceiros como IPPF, FNUAP, PPD e outros.

46. Finalmente a Reunião fez as seguintes recomendações:

- Continuar a envolver os parceiros do desenvolvimento tais como a China na solução das questões relativas á população e saúde reprodutiva em África;
- Promover a cooperação baseada no respeito mútuo e no princípio da igualdade, no intercâmbio das melhores práticas e troca de experiências;
- No processo de promoção da saúde sexual e reprodutiva, reflectir a situação única de África, que requer maior ênfase na abordagem baseada nos direitos.

PONTO 9: Financiamento e Fortalecimento da Comissão Africana para a População

47. Este ponto foi apresentado pelo Representante do FNUAP que explicou que, embora o FNUAP continuasse a apoiar a APC, havia a necessidade de todos os

Estados Membros analisarem seriamente a questão do financiamento da APC. No debate que se seguiu, os delegados destacaram que a questão do apoio a APC deveria ser mais ampla do que simplesmente o financiamento das reuniões. Sugeriram que haja um compromisso geral para o fortalecimento da capacidade da APC e para uma advocacia mais eficaz.

48. A Comissária da UA para os assuntos Sociais reiterou que este assunto era muito importante para o futuro da APC e sua revitalização. Ela questionou se os desafios afins se deveriam ao facto da População e Desenvolvimento se encontrarem integrados em vários sectores nos diferentes países membros.

49. Após um longo e profundo debate sobre este ponto, as seguintes recomendações foram feitas:

- Os Estados membros devem participar mais activamente nos programas e actividades da APC;
- A capacidade do Secretariado da APC deve ser fortalecida através da disponibilização dos recursos humanos e financeiros necessários;
- A APC deve trabalhar mais eficazmente com as várias estruturas da UA e elevar a consciência da necessidade de acção concreta voltada para a população e o desenvolvimento em África;
- O Novo Secretariado da APC deve elaborar um plano de trabalho claro e fazê-lo circular entre os pontos focais da População Nacional conselhos;
- O Novo Secretariado deve encorajar a realização de fora regionais, tendo sido solicitado ao Secretariado que sintetize os resultados desses fora com destaque para as melhores práticas e o rumo futuro e assegurar que os resultados sejam compartilhados com os parceiros;
- A APC deve manter presente a ligação entre Saúde Reprodutiva, VIH/SIDA etc. com população e desenvolvimento;
- Deve existir um entendimento claro do conceito de população e suas distintas dimensões;
- Há necessidade de educação da população sobre as questões da integração populacional nos curricula escolares;
- Os distintos programas multilaterais e bilaterais apoiados por doadores são importantes, mas a Comissão da União Africana deve coordenar e harmonizar os programas continentais, enquanto os programas regionais devem ser conduzidos por organismos regionais para que haja um único programa populacional integrado. O planeamento e seguimento devem ser feitos de forma colectiva pelos parceiros pertinentes;

- A cooperação Sul-Sul deve ser reforçada através do intercâmbio de experiências informativas, etc., e do envolvimento de mais parceiros no domínio da população e do desenvolvimento;
- Atenção deve ser atribuída à mudança da designação Comissão Africana para a População, para Comissão africana para a População e o Desenvolvimento ou Conselho, a fim de ampliar o seu mandato para que possa incluir outra vasta série de preocupações do desenvolvimento.

PONTO 10: DIVERSOS

50. Não houve nenhum outro assunto pertinente a ser analisado.

Ponto 11: DATA, LOCAL E TEMA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

51. A APC concordou em realizar a sua 7ª Sessão Ordinária em Julho de 2009, em Adis Abeba, Etiópia. Foi ainda acordado que o tema da 7ª Sessão Ordinária da APC devia centrar-se na migração, urbanização e desenvolvimento ou os Objectivos do Desenvolvimento do Milénio. A Comissão da UA foi mandatada para finalizar o tema em concertação com o Secretariado.

PONTO 12: ADOÇÃO DO RELATÓRIO E RECOMENDAÇÕES DA 6ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL

52. A Sr.^a Duduzile Dlamini, o Relator, Suazilândia, apresentou o Relatório da Reunião bem como a Declaração sobre o Estado da População Africana e solicitou aos delegados que analisassem e adoptassem os resultados. Os documentos foram depois adoptados como emendados.

PONTO 13: ENCERRAMENTO

53. A Cerimónia de Encerramento foi presidida pelo Sr. Omer Ndayishimiye, (Burundi), Presidente da 6ª Assembleia Geral da APC. Os seguintes funcionários dignitários pronunciaram discursos de encerramento

- i. Sr. Jacques Van Zuydam, Representante da África do Sul

54. O Sr. Zuydam manifestou a satisfação da África do Sul pela oportunidade que teve de acolher a Conferência. Observou que, como país, consideraram a riqueza dos debates sobre o fortalecimento da APC muito encorajadores. Registou que o sucesso da Assembleia Geral se deveu a estreita colaboração entre os membros cessantes da Mesa e a Comissão da UA, sob a liderança da Comissária dos Assuntos Sociais. Congratulou a nova Mesa e igualmente agradeceu os participantes da Equipa da África do Sul pelo sucesso da Reunião. Sublinhou o orgulho da África do Sul como parte da Declaração de Joanesburgo, que o seu país está comprometido em implementar. Concluiu as suas observações com uma citação do Relatório de 2006 sobre a Situação da População em África, salientando que as pessoas são os maiores recursos de qualquer país.

ii. Observações pela Adv. Bience Gawanas, Comissária da UA para os Assuntos Sociais

55. A Comissária agradeceu a Mesa cessante dirigida pela África do Sul, que estabeleceu um nível de funcionalidade que deve ser objecto de competição da nova Mesa. Elogiou o Director Regional da OMS para o Mediterrâneo Oriental, o Director Geral da IPPF, o Director Geral para a África do FNUAP e o Representante do Secretario Executivo da UNECA pela sua participação activa na Conferência. Igualmente agradeceu os delegados pela sua contribuição construtiva. Destacou que a Conferência foi, na essência, sobre pessoas e deveria, por isso, ser acompanhada em todos os seus aspectos. Em nome da UA, transmitiu o seu apreço pela Africa do Sul por ter acolhido a Conferência. Em particular transmitiu o seu reconhecimento ao Ministro do Desenvolvimento Social, pela sua dedicação a questão. Depois propôs que da próxima seja dada as Regiões a oportunidade de apresentarem os seus Relatórios. A Comissária concluiu desejando a todos os participantes um bom regresso aos seus países.

iii. Observações pelo Sr Omer Ndayishimiye, Burundi, Presidente da 6ª Assembleia Geral da APC

56. O Presidente da Assembleia Geral começou por agradecer a África do Sul pelo acolhimento da Reunião e a Comissão da UA pela organização da Conferência bem como aos participantes pelas suas contribuições. Manifestou o desejo de que os Estados membros façam o acompanhamento e implementem os seus resultados e exortou os parceiros a continuarem a prestar o seu apoio, particularmente ao nível de país. Depois elogiou os membros cessantes da Mesa pelos seus esforços e todos os participantes pelo seu apoio.

iv Moção de agradecimento pelo Sr Dr. Hussein A.A. Sayed, Representante do Egipto

57. Em nome de todas as delegações, Dr. Sayed enalteceu a África do Sul por ter acolhido as Conferências, as excelentes condições criadas e a generosa hospitalidade concedida. Em particular agradeceu o Departamento do Desenvolvimento Social, pelos seus esforços incansáveis na organização bem sucedida da Reunião. De seguida agradeceu os convidados de honra e outros dignitários não só pelas suas Intervenções na sessão de Abertura mas também pela sua participação em toda a Conferência. Agradeceu a Comissária da UA para os Assuntos Sociais e sua equipa bem como a Mesa cessante pelos seus esforços. Após a apreciação das contribuições de todos os delegados, ela exortou no sentido do reforço dos compromissos para a revitalização da APC. Concluiu agradecendo todo o pessoal de apoio, pela contribuição de uma forma ou outra para o sucesso da conferência. Finalmente desejou boa viagem a toda a gente.

58. A 6ª Assembleia Geral da APC foi então levantada.

EX.CL/384 (XII)
ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO
DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA GERAL
DA COMISSÃO AFRICANA DA POPULAÇÃO

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis-Abeba (ETHIOPIE) P. O. Box 3243 Téléphone (251-11) 5517 700 Fax : 551 78 44

Website : www.africa-union.org

APC/Decl (VI)

DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO
DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
GERAL DA COMISSÃO AFRICANA DA POPULAÇÃO

DECLARAÇÃO DE JOANESBURGO
DA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
GERAL DA COMISSÃO AFRICANA DA POPULAÇÃO

Nós, Membros da Comissão Africana da População (APC), reunidos no Centro de Conferências de Sandton, em Joanesburgo, África do Sul, aos 16 e 17 de Julho de 2007, por ocasião da Sexta Sessão Ordinária da nossa Assembleia Geral que se centrou no tema “As Implicações Políticas do Relatório sobre a Situação da População Africana em 2006”.

EVOcando:

1. A Declaração do Milénio adoptada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2000;
2. O Plano de Acção da Conferência Internacional de 1994 sobre a População e o Desenvolvimento e a Declaração de Dacar/Ngor sobre a População e o Desenvolvimento;
3. O Quadro Continental de Políticas de Saúde Sexual e Reprodutiva (2005) e o Plano de Acção da União Africana para a sua operacionalização, adoptado em Maputo, em 2006;
4. A Estratégia de África em Matéria de Saúde adoptada pela Conferência dos Ministros da Saúde da UA em Abril de 2007 e aprovada pela Cimeira;
5. A Estratégia Regional Africana em Matéria de Nutrição;
6. O Comunicado de Accra sobre a Maternidade Sem Riscos adoptado em Novembro de 2006 durante o Fórum Regional da África Ocidental;
7. A Declaração de Mafikeng sobre a População e o Desenvolvimento adoptada durante a Conferência sobre a População e o Desenvolvimento em África – Diálogo entre a Pesquisa e Políticas para Acção, que teve lugar em Março de 2007;
8. A Posição Comum Africana de uma África adequada para crianças adoptada no Cairo em 2001;
9. A Carta Africana da Juventude;
10. O Plano de Acção da Segunda Década da Educação.

RECONHECENDO o facto de que o rápido crescimento demográfico pode prejudicar o desenvolvimento sócio-económico sustentável em África.

CONSCIENTES DE QUE:

- A população africana é jovem, o que é fonte tanto de oportunidades como também de desafios;
- A questão da desigualdade entre as mulheres e os homens persiste ainda a todos os níveis, principalmente no que diz respeito à mão-de-obra e à tomada de decisões;
- À medida que a dependência etária diminui, torna-se possível uma maior produtividade e rendimentos mais altos, dependendo das respostas de políticas sociais e económicas de cada país;
- Cientes de que a diferença demográfica ocultou em África a população jovem em respostas de políticas não automáticas, mas sim dependentes.

PREOCUPADOS com o facto de que:

- África não está no caminho correcto para alcançar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento, tendo já passado quase metade do período visado;
- Os debates em torno da população e do desenvolvimento foram reduzidos à dimensão e à taxa de crescimento da mesma, ignorando aspectos da estrutura etária e as implicações da dinâmica da população no desenvolvimento sócio-económico e na redução da pobreza;
- O VIH/SIDA continua a ter um impacto devastador sobre o desenvolvimento político, social e económico tendo em conta o grau da pobreza e os outros desafios e que tanto a mortalidade materna como infantil em África continua a ser de um nível elevado e que o mais provável é que a meta dos OMD de redução da taxa de mortalidade materna e infantil até ao ano 2015 não seja alcançado.

Assim, nós comprometemo-nos a:

1. Aumentar o investimento na expansão e reposicionamento do planeamento como parte integrante da saúde sexual e reprodutiva e do desenvolvimento sócio-económico em conformidade com o Plano de Acção de Maputo sobre a Saúde e os Direitos Sexuais e Reprodutivos e o Plano de Acção da Conferência Internacional para a População e o Desenvolvimento;
2. Integrar variáveis demográficas na planificação do desenvolvimento de modo a acelerar o progresso no sentido do alcance dos OMD;
3. Aumentar o investimento em programas que lidem com a saúde dos jovens, das mulheres e das crianças em conformidade com a Estratégia de saúde de África e defender reformas políticas, económicas e sociais que garantam a participação da juventude na sociedade;

4. Integrar e convencionalizar a questão do género na população e no desenvolvimento e a delegação de poder às mulheres, incluindo o empenho para combater a violência dirigida contra as mulheres;
5. Colocar em prática políticas e programas que mantenham os jovens e adolescentes na escola, com especial atenção para a menina, dado que a educação de raparigas e de mulheres contribui para um melhor comportamento em termos de saúde e uma melhoria do planeamento familiar, reduz as taxas de mortalidade materna e infantil e melhora as condições de vida da família em particular e da sociedade em geral;
6. Tornar obrigatório e gratuito o ensino primário e que a formação técnica e profissional seja desenvolvida de modo a incluir aqueles que são excluídos do sistema geral de educação por forma a dar a todos a oportunidade de estarem envolvidos no desenvolvimento económico;
7. Advogar a implementação da Declaração de Ouagadougou e o seu Plano de Acção para o Emprego e a Pobreza;
8. Promover a colaboração Sul-Sul no domínio da população e do desenvolvimento, em especial através de redes de trabalho regionais, partilha de experiências e boas práticas;
9. Acelerar o progresso em matéria de prestação de cuidados de saúde primários e intervenções, renovando os compromissos no sentido de dar prioridade a, atribuir recursos e acelerar os esforços para sobrevivência das crianças que incorporem vários “pacotes” de intervenções sanitárias de grande impacto mas padronizados no seio dos países africanos;
10. Advogar a favor do papel central da saúde materna no desenvolvimento de África e comprometer-se para dar prioridade urgente à prestação de cuidados de saúde materna que sejam comportáveis, de alta qualidade e acessíveis;
11. Aumentar as respostas na luta contra o VIH/SIDA, as estirpes de tuberculose e a malária em conformidade com a Declaração de Abuja para uma Acção Acelerada contra estas três doenças, incluindo o apelo dos Chefes de Estado da UA para a redução da mortalidade;
12. Advogar a implementação do Quadro de Políticas de Migração da União Africana;
13. Abordar assuntos de protecção social e de segurança social, especialmente para os idosos, os órfãos e as crianças vulneráveis;
14. Recorrer à força da voz unida da União Africana para trabalhar com os países desenvolvidos a fim de lançar, até ao ano 2008, uma série de acções com efeito rápido (principalmente nos sectores da educação e saúde) com

vista a promover e acelerar o crescimento económico do continente por forma a salvar e melhorar as condições de vida de milhões de pessoas;

15. Exigir o alívio significativo das dívidas, a anulação das dívidas e uma assistência oficial de desenvolvimento (AOD) mais generosa e previsível. Mais importante ainda é que a União Africana exija condições favoráveis de comércio e de acesso equitativo aos mercados dos países desenvolvidos. Só o comércio justo e o acesso aos mercados permitirão a África encontrar soluções reais e sustentáveis para a erradicação da pobreza no Continente;
16. Reforçar a capacidade institucional de coordenação, monitorização e avaliação da implementação das políticas nacionais de população, incluindo a recolha, gestão e uso de estatísticas;
17. Envolver a sociedade civil numa parceria activa para prestação e advocacia de serviços.

EXORTAMOS:

18. Os Estados-Membros a comprometerem-se para reforçar a CAP por meio do apoio e da participação efectiva das suas delegações nas reuniões pertinentes da CAP;
19. Os Estados-Membros a investigarem e a abordarem as causas da migração da população juvenil do continente e as suas implicações na estrutura etária e no plano geral para um crescimento duradouro;
20. Os parceiros de desenvolvimento a manterem o seu apoio aos esforços envidados a nível nacional, regional e continental no âmbito da promoção da população e do desenvolvimento;
21. A Comissão da UA para que, em colaboração com a CEA, o FNUAP e outros Parceiros, coordenem a revisão da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (ICPD+15) e que apresente relatório na nossa próxima Sessão; **SOLICITAMOS AINDA** à Comissão que facilite a assinatura do Acordo de Cooperação China - África nos domínios relativos à população, à saúde em matéria de sexualidade e reprodução, garantindo também a sua operacionalização;
22. A Comissão da União Africana para que, em colaboração com os Parceiros, acompanhe a implementação desta Declaração e de outras recomendações da nossa Sessão e que apresente um relatório na nossa próxima Sessão.

2008

Report of the sixth ordinary session of the African population commission general assembly 16 – 17 July 2007 Johannesburg, South Africa

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/3165>

Downloaded from African Union Common Repository